



Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil

GOIÁS

O Encontro de fundação da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil em Goiás – CTB-Go, realizado no dia 15 de agosto de 2009, incorpora em suas resoluções as propostas do conjunto de servidores públicos, aprovadas no 1º Encontro de Servidores Públicos da CTB-Go, realizada no dia 14 de agosto de 2009.

- 1. O SERVIÇO PÚBLICO, O SERVIDOR PÚBLICO E A GESTÃO PÚBLICA;**
- 2. ORGANIZAÇÃO SINDICAL NO SERVIÇO PÚBLICO BRASILEIRO;**
- 3. A REALIDADE DA ORGANIZAÇÃO SINDICAL NO SERVIÇO PÚBLICO;**
- 4. PROPOSTA DE MODELO DE ORGANIZAÇÃO SINDICAL NO SERVIÇO PÚBLICO;**
- 5. CARREIRA X MODELO DE GESTÃO;**
- 6. PREMISSAS PARA CONSTRUÇÃO DE DIRETRIZES DE PLANO DE CARREIRA PARA O SETOR PÚBLICO;**
- 7. PRESSUPOSTOS BÁSICOS PARA CONSTRUÇÃO DE DIRETRIZES DE PLANO DE CARREIRA – DPC, bem como o seguinte plano de Lutas:**

PLANO DE LUTAS

1. Defender a qualidade do serviço público e das políticas públicas com a valorização do trabalhador no serviço público. Combater com rigor a terceirização e todas as formas de flexibilização e/ou precarização das relações entre capital e trabalho como a criação das fundações públicas de direito privado no serviço público;
2. Rejeitar todo e qualquer tipo de retrocesso nas regras da Previdência Social, defender a Previdência Pública, a universalização dos benefícios e o fim do fator previdenciário, lutando pela volta dos mecanismos de proteção usurpados dos trabalhadores nas reformas da previdência de 98 e 2003, com implementação do instituto da aposentadoria especial;
3. Defender a regulamentação do direito a organização sindical no serviço público: direito de greve; direito a negociação coletiva; legalização das entidades sindicais; direito a data-base; estabelecimento da arbitragem de conflitos; ratificação da Convenção 151; instituição de mesas de negociação permanente em todos os Estados, Municípios e na União;

4. Defender a unicidade sindical no serviço público respeitando a organização existente dos sindicatos já constituídos, respeitando direitos adquiridos e a representatividade da categoria e combater as práticas anti-sindicais;
5. Defender a aposentadoria integral dos trabalhadores. Isonomia entre ativo e aposentado e pensionista. Valorização dos aposentados e pensionistas;
6. Defender a saúde do trabalhador e da trabalhadora e a efetiva segurança no trabalho;
7. Combater com vigor todo tipo de discriminação, seja de gênero, raça, etnia, idade ou orientação sexual, especialmente no ambiente de trabalho, exigindo igualdade de salários (para funções equivalentes) e melhores condições de trabalho. Garantir os direitos dos portadores de necessidades especiais;
8. Defender que todo posto de trabalho permanente no serviço público seja ocupado por um trabalhador concursado. Realização de novos concursos para reposição das vagas dos cargos vagos, bem como, para a expansão necessárias para o desenvolvimento das políticas públicas;
9. Estabelecimento de diretrizes nacional de planos de carreiras no serviço público, que abranja os servidores públicos dos poderes Legislativo e judiciário da União, da administração direta, das autarquias, inclusive as de regime especial, das fundações públicas de direito público, do poder executivo da União, dos Estados e Municípios, do TCU e do MPU, enquanto instrumento de gerencia e de desenvolvimento profissional dos servidores públicos com assimilação permanente de inovações tecnológicas, a produção de novas linguagens de comunicação e o exercício cotidiano de interações sócias e a qualidade dos processos de trabalho, através da promoção funcional, capacitação, escolaridade e mérito;
10. Cumprimento da Emenda Constitucional 51 e da Lei 11.350, que garante a efetivação dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias;
11. Defender o pagamento de salários decentes, pagando salários iguais para atividades iguais ou semelhantes no mínimo por poder;
12. Defender o controle social da gestão pública.



Secretário de Finanças CTB-Go

Agosto de 2009